



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0898/11	DATA: 29/06/2011
INÍCIO: 14h17min	TÉRMINO: 16h13min	DURAÇÃO: 01h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h56min	PÁGINAS: 41	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre estratégias de desenvolvimento para o País.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Boa tarde a todos.

Quero saudar os nobres colegas Félix Mendonça Júnior, Arrosto Holanda, Pastor Marco Felicitando e Jesus Rodrigues e o Secretário-Executivo deste Conselho, Luis Henrique Cascelli de Azevedo, que também é Diretor da Consultoria Legislativa.

Gostaria de iniciar esta reunião expressando meu pesar pelo falecimento do nosso estimado colega Luciano Moreira.

O Deputado Luciano Moreira foi uma figura fulgurante nesta Casa. Com pouco tempo na Casa, já era Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, tendo também pontificado neste Conselho, onde apresentou requerimento para apreciação de importante tema: Logística Portuária e Transporte Intermodal.

Havia exercido o cargo de Secretário de Planejamento, Secretário de Educação e de Infraestrutura no Estado do Maranhão e também fora Secretária do Estado em Roraima e no Ceará. Era, portanto, um homem de grande experiência.

Vamos designar um Parlamentar do Conselho para continuar esse trabalho.

Quero saudar ainda o colega César Conalgo, em cujo nome estive pensando para substituir o nobre colega Luciano Moreira para tratar do tema Logística Portuária e Transporte Intermodal. *(Pausa.)*

Fica então designado o Deputado César Conalgo para dar prosseguimento a esses trabalhos.

O SR. LUIS HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO - Ele fez um pedido, que está em andamento, para a área tributária.

O SR. DEPUTADO CÉSAR CONALGO - Sr. Presidente, na verdade, não é questão de reforma tributária. Eu estou acompanhado do pessoal da Federação Nacional do Fisco e do sindicato no Estado. Acho que este País, pelo seu processo de desenvolvimento e até em face da atual conjuntura econômica, tem algumas questões nodais. E é fundamental resolvê-las.

Uma delas é a questão tributária nacional, a tal reforma de que todos falam mas que nunca sai. Temos de pensar como podemos propor para a atual geração e as futuras um sistema tributário melhor. A Casa poderia estudar esse assunto.



Estou fazendo esse pleito, o Secretário-Executivo sabe disso. O tema acerca do qual o Deputado Luciano Moreira estava à frente é da mais alta importância para a logística e para a infraestrutura, mas eu já havia colocado isso em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Parabênizo o nobre colega Jaime Martins, estendendo meus cumprimentos aos consultores da Casa, ora sob a chefia do colega Luiz Henrique Cascellli, e a todos os membros do Conselho, pelo enorme sucesso do VII Caderno do Conselho de Altos Estudos — *Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal*.

Estive conversando com o ilustre Luiz Henrique Cascellli, Secretário-Executivo, sobre um assunto que também muito nos interessa. Ele me informou que uma universidade manifestou grande desejo de fazer um intercâmbio com a Consultoria Legislativa, mas que tinha preferido trazer o assunto para o Conselho.

Um consultor passou dois anos fora estudando um assunto que eu considero dos mais importantes. Ele fez um trabalho sobre a invasão das atribuições do Poder Legislativo pelo Poder Judiciário, a judicialização que está acontecendo no Brasil por meio dos Tribunais Superiores. Eu autorizei que seja feito o convênio com essa universidade, para que haja intercâmbio de professores, de consultores, de assistentes, e possamos trazer pessoas de grande qualificação proferir palestras nesta Casa.

Quero também louvar o requerimento do ilustre Deputado Pastor Marco Felicitando pelo trabalho espetacular que ele distribuiu e também pelo requerimento sobre a inclusão na pauta de estudo da malha aeroviária brasileira, suas demandas e a qualificação profissional dos seus trabalhadores.

Ele pretende identificar a concentração da cobertura da malha aeroviária nacional, sua evolução com a participação de empresas regionais, as demandas nacional e internacional de usuários e de vôos, bem como aeroportos e a qualificação de funcionários aeroviários, sobretudo os controladores de vôo —temos problemas seríssimos nessa área; e estabelecer uma perspectiva futura para os grandes eventos que se aproximam como a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016.

Quero parabenizar o Deputado Marcos Felicitando e colocar em discussão este assunto, para que possamos decidir logo sobre ele.



Com a palavra o Deputado Pastor Marco Felicitando.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Presidente , Sr. Secretário, Srs. Deputados, primeiramente, agradeço a V.Exa. por ter me aceitado neste Conselho de Altos Estudos. É para mim uma grande honra.

O sistema aeroviário do Brasil é precário, todos sabem disso. Há alguns anos foi feita uma CPI sobre esse assunto, mas ninguém ficou sabendo qual foi o resultado, o que ela propôs e se houve algum tipo de mudança.

O Brasil vai sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Fala-se muito no crescimento dos aeroportos, mas o que se fala sobre a malha aérea brasileira? Nosso País é muito grande, tem proporções continentais. Então, há uma grande necessidade de aprimorarmos o sistema aeroviário, porque existem muitas coisas que não podemos entender. Como pode um vôo de uma cidade que fica a 500 quilômetros de distância de outra levar de quatro a cinco horas, como hoje acontece? Por que existe tanta dificuldade para que pequenas e médias cidades possam ser servidas por aviação? Nossa proposta é que o Conselho analise isso, para que cheguemos ao melhor caminho para o País.

Outrossim, existe no País lendas e mitos sobre os controladores de vôo. Existem alguns pequenos aeroportos — eu conheço pelo menos uns 50 — em que parece que tudo é feito no olhometro. Isso nos apavora. E, agora, o Brasil vai sediar uma Copa do Mundo, pessoas vão vir do mundo inteiro, e temos estrutura e segurança para isso? As empresas que cuidam desse sistema no Brasil dão a impressão de que visam mais ao lucro do que à qualidade dos serviços. O índice de reclamação dos passageiros no País é imenso. Talvez aqui mesmo haja alguém com alguma reclamação sobre as viagens aéreas.

Então, fica a minha proposta para que esta Comissão aprecie e, se possível, aprove a vinda de pessoas da ANAC, da INFRAERO, do Ministério da Defesa, que faz parte do Comitê Gestor da Copa. Eu gostaria que alguém nos explicasse como estão seus trabalhos e o que fazer para melhorar. Se for um incentivo, que tipo de incentivo falta para que as pequenas empresas, responsáveis por 3% de todo o transportes aéreo brasileiro, possam ampliar os seus serviços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Em discussão a proposta. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, eu gostaria de dizer que o problema dos controladores de vôo é muito mais sério do que pensamos. Quando se lê o relatório sobre acidente do Boeing da Gol com aquele jato Legacy, pilotado por dois americanos, vê-se que houve falta de conexão entre o controlador e o piloto. Normalmente, eles não sabem falar inglês e houve uma certa dificuldade na comunicação com o piloto

Também as rádios piratas têm atrapalhado demais os voos. O ilustre Deputado Marcos Felicitando refere-se a isso.

Por outro lado, o Brasil tem o segundo mercado aeroviário regional do mundo, e as empresas são muito poucas. Está havendo afunilamento praticamente entre duas empresas. Só temos duas empresas fortes, a TAM e a Gol; as demais — a Azul, a Webjet e alguma outras — são pequenas, e precisamos cada vez mais estimular o setor.

Certa vez, nos Estados Unidos, houve uma greve dos 8 mil controladores de voo. Ao anunciarem o dia, o Governo americano colocou 8 mil controladores de voo da Aeronáutica no lugar deles e não houve nenhuma solução de continuidade. No aeroporto de Chicago, a cada oito a dez segundos, desce e sobe um avião — oito a dez segundos! Há quase uma dezena de pistas. Então, é preciso ter um controle muito grande sobre isso. Não que sonhemos alcançar esse estágio, mas vamos sonhar com um país que tenha um sistema aeroviário proporcional à sua potencialidade e ao seu desenvolvimento, pois o atual ainda deixa muito, mas muito mesmo a desejar. Hoje, o País ainda está muito carente de aeroportos bons. Praticamente, para a Copa do Mundo, só temos dois ou três aeroportos em condições. Graças a Deus, começou agora o processo de privatização de alguns aeroportos. Por exemplo, o aeroporto de Guarulhos está superado; o Galeão, superado; o aeroporto de Congonhas, dentro da cidade, com pista pequena, é um aeroporto superlotado também; e o aeroporto de Brasília, nem se fala: é um aeroporto totalmente saturado. Aquelas pequenas modificações que estavam fazendo, com o aproveitamento de galpões, não vai resolver nada.

Precisamos de aeroportos modernos, de aeroportos que possam, realmente, fazer com que a demanda, que cada vez cresce, seja de fato atendida. Nos últimos oito anos, 58,5 milhões de brasileiros ascenderam de classe social, foram para a



classe C. Portanto, os voos hoje têm uma demanda muito grande por causa da classe média que hoje prefere viajar de avião, até porque a malha rodoviária brasileira está também muito estragada.

Eu me lembro que Ariano Suassuna, um grande amigo meu e que todo o mundo conhece, ganhou um prêmio da Academia Brasileira de Letras — 40 mil reais — e queria ir de carro. Aí, todo o mundo falou : *"Mas, Dr. Ariano, o senhor sair de carro de Recife para o Rio de Janeiro... É muito longe. As estradas estão todas esburacadas. Por que o senhor não vai de avião?"* E ele disse: *"Porque lá em cima é um buraco só". (Risos.)*

Então, quero dizer que, apesar de ser um buraco só, temos de ter a proteção, para que esse buraco não seja tenebroso e que cada vez menos os acidentes de aviação aconteçam em nosso País.

Portanto, vamos colocar o requerimento votação. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Informo, porém, que só podemos colocar quatro temas no momento em que o Deputado Arrosto terminar o trabalho dele. É o primeiro que vai terminar. Acho que em agosto, mais ou menos, logo depois de dois seminários que vamos realizar. Dois congressos importantíssimos vão ser realizados. No dia 16 de agosto, será realizado seminário sobre extensão tecnológica e capacitação das empresas, coordenado pelo ilustre Deputado Arrosto Holanda, que hoje fará uma exposição sobre o tema. S.Exa. é uma das pessoas mais habilitadas nessa área, um dos maiores conhecedores do assunto. Fez um trabalho impressionante quando exercia o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia no Estado do Ceará.

Quando expôs aqui sobre biodiesel, uma iniciativa dele, trouxe uma pequena usina de biodiesel montada, que funcionou no Anexo II. Na mesma hora, ele produziu o biodiesel e colocou num caminhão e num trator, que saíram rodando. Ele foi a primeira pessoa a falar em Centro de Desenvolvimento Tecnológico e trouxe um pequeno centro de desenvolvimento tecnológico que funcionou aqui na Câmara. Todos ficaram impressionados. Trata-se de uma pessoa habilitadíssima para concluir esse trabalho, a fim de coloquemos em pauta essa matéria, fundamental para o Conselho e para o Brasil.



Depois, será realizado um seminário internacional sobre energias renováveis, que ocorrerá no dia 14 de setembro, sob a coordenação do nobre Deputado Pedro Uczai, que dará mais detalhes sobre o encontro no início dos debates desta reunião — se S.Exa. chegar.

O Deputado Newton Lima, que nos informou sobre sua ausência antecipadamente, já realizou duas reuniões de trabalho com a Consultoria e está entrando em entendimento com especialistas da área de inovação tecnológica para fazer uma apresentação neste Conselho.

Portanto, quero agradecer a todos e passar a palavra ao grande amigo e uma das figuras mais importantes deste Conselho desde seu início. Como Presidente da Câmara, de 1993 a 1995, eu criei o Conselho. O Conselho ficou morto. Quando fui 1º Secretário, ele me procurou, e nós fizemos com que o Conselho fosse instalado e passasse a funcionar. O Conselho ainda muito jovem: tem apenas 8 anos.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Mas já deu bons frutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Vai fazer 10 anos agora com esses dois mandatos.

Portanto, só tivemos dois Presidentes. O primeiro foi o 2º Vice-Presidente, meu colega de Pernambuco. Ele fez um bom trabalho, mas ficou restrito aos crimes cibernéticos ou aos crimes praticados na Internet. Depois, nós chegamos e dinamizamos o Conselho. Fomos reconduzidos, e hoje eu exerço o quarto mandato na Presidência do Conselho.

Quero também saudar o Deputado Felix Mendonça Júnior. Seu pai pontificou neste Conselho; fez um trabalho extraordinário, o qual ainda hoje é consultado pelas universidades e por quem deseja saber sobre a origem da dívida pública brasileira.

Saúdo ainda o Deputado Pedro Uczai, sobre quem estava falando há pouco. Gostaria que S.Exa. dissesse algo sobre o seminário internacional que se realizará no dia 14 de setembro, que está sob a sua coordenação.

Gostaria, finalmente, de saudar minha colega Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, que foi cotada para assumir o Ministério dos Transportes — e a qualquer hora S.Exa. pode passar a Ministra. Ela foi Prefeita de Olinda por oito anos, deu uma grande dimensão à ciência e à tecnologia naquele próspero Município do Estado de Pernambuco. Em Olinda, realiza-se segundo turno nas eleições para



Prefeito, já que o Município tem mais de 200 mil eleitores. Olinda respira cultura e política 24 horas.

Passo agora a palavra ao Deputado Pedro Uczai, que falará sobre o seminário internacional a ser realizado no dia 14 de setembro.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente Inocência Oliveira, colegas Deputados, assessores e visitantes, construímos esse seminário com a Consultoria e com a experiência de muitas lideranças desta Casa. Ele compreenderá quatro mesas, e as reuniões seriam o dia todo, de manhã e de tarde.

Gostaria, até para sintetizar — depois da sugestão dos Parlamentares —, para saber, nesse espírito de construção dos temas e dos expositores, se ele estaria de bom tamanho e à altura deste Conselho, porque humildemente nem sempre consigo atingir às expectativas tendo em vista a grandeza deste Conselho de Altos Estudos.

Em relação ao seminário, estamos pensando o seguinte: na primeira mesa, discutiríamos a política energética e as fontes renováveis de energia, buscando as experiências internacionais e nacionais.

Nessa mesa, teríamos três expositores: o Dr. Adnam Amin, Diretor-Geral da Agência Internacional de Energias Renováveis, articulador, em âmbito internacional, de toda a discussão das energias renováveis — ele ainda não veio ao Brasil, mas se dispõe a vir para esse evento; o Dr. Johanne Quiser, Coordenador do Programa de Energia na área de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha — país que tem a primeira grande experiência legislativa nessa área. Mais de 40 países se subsidiam hoje da legislação alemã, a primeira legislação a dispor sobre energias renováveis, principalmente na área de geração distribuída; um representante do Governo da China; e o Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Energética.

Em relação à China, Sr. Presidente, Srs. Deputados — eu tenho um encontro agora às 16 horas com o Embaixador da China —, qual é a minha visão? A China, gostando-se ou não, criticando-se ou não, está presente no debate das energias renováveis. Foi o país que mais investiu em energia renovável no último ano, junto com a Índia. E precisamos ver um pouco a experiência chinesa, como eles estão



discutindo a legislação e a produção de energia limpa e renovável, principalmente eólica e solar.

À tarde, haverá a segunda mesa: desafios para inserção da geração descentralizada no sistema elétrico brasileiro. Isto é, as barreiras de ordem técnica, regulatória para essa geração descentralizada.

Estarão presentes o Sr. Carlos Alberto Silvestrin, Vice-Presidente Executivo da COGEN, que falará das dificuldades técnicas; o Sr. Cícero Bley, Assessor de Energias Renováveis da Itaipu Binacional, grande consultor na área de geração distribuída. Ele assessorou inclusive uma granja em Santa Catarina, que há 20 dias entrou no sistema, com energia elétrica de dejetos de suínos. Liderou a primeira experiência naquele Estado. Em São Miguel do Iguaçu, no Paraná, já há essa experiência: dejetos de suínos geram biogás numa central, e essa central produz energia elétrica. Está gerando 0,5 megawatt de potência essa granja de suínos, e já está sendo distribuída na rede. E os técnicos diziam: *“Isso não pode, é irregular.”* Tecnicamente, hoje é extremamente viável para a biomassa do Brasil, porque daria para descentralizar diversos empreendimentos na área da biomassa de diferentes formas, uma vez que em cada região do País se poderia gerar energia e colocar na rede.

E abro um parêntese, Sr. Presidente. Já conversei com a Consultoria para verificar a possibilidade de o Sr. Nelson Paschoal, dono dessa granja, trazer-nos sua experiência em outro momento, a fim de mostrar a diferença entre a legislação europeia e a brasileira, para os senhores terem ideia de valor de taxa. Este é um ponto do debate.

Esse empresário compra a energia da CELESC a 0,31 centavos de real, e produz e põe na rede energia, com a mesma qualidade, a 0,13 centavos. Ocorre o inverso: de 0,31 para 0,13. Há alguma coisa errada. E cabe a este Conselho discutir essa realidade.

Na Alemanha, por exemplo, o pequeno agricultor vende a 0,40 centavos de euro e compra subsidiadamente a 0,20 centavos de euro. É outra lógica. Temos, portanto, que estimular esse debate.

Outro expositor seria o Sr. Cyro Vicente Boccuzzi, Presidente do Conselho do Fórum Latino-Americano Smart Grid, para tratar do uso das redes inteligentes para



viabilizar a geração distribuída; e o Nelson Hübner, Diretor-Geral da ANEEL, que vai trazer para o debate do Conselho como a ANEEL está discutindo a geração distribuída.

Terceira Mesa: *Pesquisa e Desenvolvimento de Energias Renováveis no Brasil.*

Teremos quatro grandes expositores: Adriano Moehlecke, professor do Núcleo de Tecnologia em Energia Solar da PUC do Rio Grande do Sul, que está com a experiência sobre deficiência energética e energia solar maior que outros países, ainda em fase de laboratório, estão fazendo experimentos, mas é uma experiência extremamente interessante e apoiada pela ELETROSUL; Ronaldo Mota, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia; Augusto Nelson Carvalho Viana, da Universidade Federal de Itajubá, que tem o Centro Nacional de Energia Hidráulica, que faz pesquisa na área de energia hidráulica; e a Suani Teixeira Coelho, Coordenadora do Centro Nacional de Referência em Biomassa, para tratar dos desafios da pesquisa direta em energia proveniente da biomassa. Então, teremos várias experiências.

Quarta Mesa: *Financiamento das Fontes Alternativas no Brasil.*

Terá os seguintes participantes: Renato Vianna, que tem experiência nos quatro Estados do Sul, financiando dezenas de projetos em energias renováveis, principalmente pequenas centrais hidrelétricas; o Presidente do Banco do Nordeste tem uma sugestão, bem como o Presidente da Caixa Econômica Federal, para tratar de energia solar e financiamento habitacional; e João Alberto, Diretor de Inovação da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos.

Tentaremos buscar também o financiamento, porque não adianta discutirmos aqui uma política se não há suficiente financiamento para essa política pública a partir de um novo marco jurídico e regulatório.

Este seminário não terá somente o objetivo de discutir marco regulatório, mas também as experiências construídas para alimentar a necessidade de um marco regulatório para o Brasil.

Essas são as considerações que elaboramos, junto com a Consultoria, com o acúmulo que fizemos, para que possamos fazer um grande seminário em Brasília, subsidiar o debate ao Conselho e ao Congresso para, até o final do ano, quem sabe,



apresentarmos um marco jurídico com o acúmulo que possamos fazer no âmbito do Conselho de Altos Estudos.

São essas as considerações aos nobres pares para que possamos deliberar. Inclusive, depois, eu tenho a articulação. Com a China eu fecharia hoje. Se for esse o entendimento, eu conversarei com o embaixador da China ainda hoje às 16 horas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Meus parabéns ao Deputado Pedro Uczai. É um seminário de grande profundidade, com pessoas abordando todas as áreas da energia renovável e das fontes alternativas renováveis. Queremos, sobretudo, dar prevalência muito grande à energia solar e à energia eólica, principalmente porque a Europa não tem interesse em desenvolver a energia solar, pois lá quase não há sol.

Então, precisamos cada vez mais avançar nesse campo da energia solar e, portanto, aprofundar muito essa questão sobre energia solar, quem sabe no futuro.

Ainda esta semana eu assisti, em um dos jornais, se não me falha a memória no *Jornal das Dez*, a um avião que fez um voo só com energia solar. Um avião fez um voo, subiu e desceu tranquilamente, só com energia solar, mais nada.

Então, eu gostaria de dizer que este é um campo que vai avançar muito, sobretudo em um país tropical como o nosso, que tem sol praticamente o ano inteiro — quando não é no Nordeste é no Sul e Sudeste, quando não é no Sul e Sudeste é no Norte e assim por diante. No Centro-Oeste também há muito sol. Então, precisamos cada vez mais avançar nesse campo.

Deputado Arrosto Holanda com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento ao Deputado Uczai. Pelo que eu entendi aqui da programação, o objetivo do seminário era focado mais em fontes renováveis de energia, com vista à produção de energia elétrica. É isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sim.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - A parte de agroenergia para transporte, no caso biodiesel e álcool, não entraria aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Isso.



O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Não seria importante integrar esse tema?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pode.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Presidente, como está focado, a coisa está mais com o objetivo de produção de energia elétrica — solar e eólica.

A minha ideia era que fosse aberto um painel sobre agroenergia, no qual o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - O ilustre Deputado Arnaldo Jardim ficou de fazer um estudo separado sobre...

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Agroenergia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - ...a repercussão do etanol. Nós retiramos essa parte. Ele fez questão de dar um parecer sobre o etanol como fonte energética. Nesse caso, ele também poderia incluir o biodiesel.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Eu acho que seria importante e, dentro da matéria, viável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Por isso ele fez questão de focar as outras.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu acho que é importante e extremamente pertinente o questionamento de V.Exa.

Nós entendemos, de forma diplomática — esta pauta foi colocada por um colega nosso, para discutir biomassa, mas principalmente etanol, biocombustível e biodiesel —, nessa relação um pouco respeitosa, como colega, não interferir muito nesse tema, para que pudéssemos, paralelamente, fazer o debate em outra instância.

Agora, se for entendimento do próprio Deputado colocarmos mais uma Mesa neste seminário, eu não me oponho. Mais do que isso: além da biomassa para geração de energia elétrica, toda a discussão do etanol, do biodiesel, do biocombustível tem bons estudos, tanto do ponto de vista do Governo quanto de experiência de empresas nas várias regiões do País. Eu tive agora a experiência de visitar no Mato Grosso a produção de girassol. Se for entendimento, não me oponho. Pelo contrário, eu me sentiria muito bem. Agora, podíamos conversar com o Deputado Arnaldo Jardim. Se ele concordar, podemos montar outra Mesa.



O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - O seminário é sobre agroenergia, não é?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu escrevi um dos textos, antes do livro *Inevitável Mundo Novo*, justamente sobre biocombustível e biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Ilustre Deputado Jesus Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - No momento em que falava desse assunto eu pedi a inclusão desse tema. Mas quero ponderar com o nobre Deputado Arrosto Holanda que, se é para ampliarmos a discussão da agroenergia, poderíamos ter outro seminário para debatê-lo. Se não vai mais abrir a discussão sobre o assunto, seria colocar aí.

Na minha opinião, quanto mais ampliarmos, diversificarmos e buscarmos mais informações a respeito da variedade de produção de agroenergia, melhor.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Eu ia sugerir que, no caso, fosse fontes renováveis de energia para produção de energia elétrica, vamos dizer assim, para focar mais na geração da eletricidade. Senão se cria uma expectativa de fontes renováveis de energia e, de repente, vão perguntar: onde está o álcool, o biodiesel?

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Até porque, Deputado Pedro Uczai, se eu não estiver enganado, o bagaço da cana tem sido queimado para geração de energia. Então, não deixa de ser uma energia elétrica também.

Eu tinha colocado também, numa das primeiras reuniões, a questão do lixo, do resíduo urbano, que poderia ser incinerado, gerando uns briquetes de carvão — não digo incinerados, mas pirolisados. Sabemos que em alguns momentos o aterro pode gerar gás metano, que também pode ser transformado em calor e energia. Aí, seria outro ponto: é o lixo que pode se transformar em energia, como essa questão da agroenergia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Todo mundo sabe que as usinas de cana-de-açúcar, que produzem açúcar e álcool, estão vendendo energia no mercado porque o bagaço da cana funciona. Eles colocam no mercado e vendem por um preço muito maior do que gastariam com sua empresa. Muitas delas estão fazendo pequenas hidrelétricas, que também são o grande mercado.



Hoje, graças a Deus, houve uma grande exposição aqui sobre sistema elétrico, produção de energia. Temos a possibilidade de fazer uma grande usina sem um lago enorme. Em vez de as usinas serem verticais, o que exigia um lago enorme, hoje elas são também horizontais, que só o rio correndo vai movimentar as turbinas. Se o rio for perene e tiver nível de água, ela vai funcionar o ano inteiro. No pico, a geração será enorme; depois, quando o nível de água estiver baixo, a geração será menor, mas ainda assim haverá geração de energia.

Por isso, eu acredito que este Conselho tem um campo muito vasto por discutir relativamente esse setor.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, pelas sugestões dos Deputados, eu poderia discutir com o Deputado Arnaldo Jardim e, se ele concordar, apresentar, junto com a Assessoria, proposta de uma Mesa nessa área. Gostaria de contar com a concordância dele, para evitar maiores dificuldades e termos um bom diálogo.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, quero ponderar sobre as fontes de financiamento. Estou sentindo falta do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - O BNDES é muito forte.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - A FINEP atua mais na área de financiamento para inovação e pesquisa. Acho que o BNDES deveria entrar nisso de alguma maneira.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Estão falando em passar de 4 meses para 1 dia só? Vamos ter de escolher, como aqui ficamos escolhendo para qual reunião de Comissão devemos ir?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Mais ou menos isso.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Talvez seja o caso de aumentar para 2 dias, de organizar de maneira que possamos acompanhar.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sim. Pela experiência daqui — ouvimos muitos consultores —, torna-se muito difícil manter no segundo dia a dinâmica das pessoas presentes no primeiro dia, até pelo pouco espaço do plenário.

Então, tentamos concentrar num só dia. Podemos, isso, sim, realizar em dia propício a que todos possam participar do seminário, se não o dia inteiro, pelo menos a maior parte do tempo, em parceria com seus assessores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Como na parte da manhã há muitas reuniões de Comissões e como na parte da tarde há menos, acho que os três painéis poderiam ser feitos à tarde. Nós temos plenários disponíveis à tarde. Pela manhã, isso é muito difícil.

O primeiro plenário seria o Auditório Nereu Ramos, onde se daria a abertura, com a presença do Presidente da Câmara e outras autoridades. Também o primeiro painel seria lá realizado. Depois, na parte da tarde, faríamos os três painéis em auditórios igualmente grandes, como os da Comissão Mista de Orçamento e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, plenários que podem comportar um seminário dessa natureza.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Arrosto Holanda, para sua exposição, certamente belíssima, sobre assistência tecnológica às micro e pequenas empresas.

Todos sabem que as micro e as pequenas empresas são geradoras de empregos, mas 25% delas não completam 2 anos de existência, fecham por falta de competitividade. Precisamos prepará-las para o mercado de trabalho, cada vez mais disputado, cada vez mais competitivo, cada vez mais exigente de produtos de boa qualidade. Cada vez mais, as micro e pequenas empresas precisam de preparo para cumprir sua função geradora de renda e emprego.

Deputado Arrosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, eu preparei um roteiro. Já que estamos no fim de nosso estudo, trouxe para a apreciação do Conselho este roteiro que vai formatar o nosso estudo sobre assistência tecnológica às micro e pequenas empresas.

Antes, gostaria de dar conhecimento aos nossos companheiros das razões desse estudo sobre assistência tecnológica às micro e pequenas empresas.

V.Exa. sabe, Sr. Presidente, que um dos primeiros temas que levantamos aqui foi a questão do analfabetismo, não do analfabeto que não sabe ler nem escrever, mas do analfabetismo funcional e do analfabetismo tecnológico.

Com relação ao analfabetismo funcional, aquele nosso estudo que concluímos — acho que todos receberam — era a capacitação tecnológica da população. Esse estudo resultou numa ação do Conselho que considero importante. Todo projeto do Conselho, o nosso Presidente recomenda que termine com um



projeto de lei. E nesse da capacitação, nós terminamos com o Projeto de Lei nº 7.394, que cria um fundo para a assistência, para financiar, sobretudo, as atividades de extensão tecnológica. Esse Projeto de Lei nº 7.394, Sr. Presidente, foi aprovado na Câmara, nas quatro Comissões, e hoje se encontra no Senado. Isso vai significar recursos da ordem de 300 milhões a 400 milhões por ano.

Eu queria pedir ajuda da Presidência: se possível, contatar o Senado para agilizar o processo de aprovação desse projeto. O Ministro Mercadante está muito sensível ao projeto, porque vai ser a oportunidade que ele tem de financiar os seus Centros Vocacionais Tecnológicos — CVTs.

Então, daquele primeiro projeto, que foi o da capacitação tecnológica da população, resultou nesse projeto de lei. E também, como V.Exa. disse, nós trouxemos um centro vocacional aqui para servir de demonstração... Hoje nós temos implantados no País 350 CVTs. Isso para nós já é uma vitória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Ainda é muito pouco.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Mas a meta que nós apontamos era de 1.200 a 1.500 — e nós vamos chegar lá.

Pois bem. Aí nós nos deparamos com outro analfabetismo: o tecnológico das micro e pequenas empresas. E V.Exa., no início, falou da mortalidade delas. Elas morrem, na sua maioria, porque não conseguem inovar.

Aqui eu queria também destacar o papel da Assessoria. Nós temos o Bernardo, que está nos ajudando nesse trabalho. Fizemos uma abordagem dessa questão do analfabetismo tecnológico das micro e pequenas empresas com base no estudo do IPEA, que tem um trabalho importantíssimo, porque ele mapeia os locais da pobreza no Brasil. Com base na informação do IPEA, que chega a esse dado de que nascem, por ano, cerca de 720 mil micros e pequenas empresas e morrem 690 mil... Quando vamos buscar as razões disso, encontramos a questão da inovação, que é uma coisa bem presente. À falta da inovação, eles não conseguem competir.

Identificamos, Sr. Presidente, que as pessoas — principalmente o SEBRAE — tratam as micro e pequenas empresas com foco só em assistência gerencial e assistência financeira. Acham que, se derem assistência gerencial e assistência financeira, garantem as micro e pequenas empresas. Esquecem que as micro e pequenas empresas precisam de quatro assistências: a gerencial, o que o SEBRAE



faz muito bem; a financeira, para o qual há os bancos de desenvolvimento (Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica); a mercadológica e a tecnológica, que não estão muito claras. O que nós estamos tentando é focar na assistência tecnológica, porque senão ela vai continuar morrendo.

Os Estados Unidos implantaram, em 50 Estados, 300 centros tecnológicos de assistência às micro e pequenas empresas. Como é razão, acho que o País tem de pensar nessa ação.

Nós fizemos um encontro com as instituições que, direta ou indiretamente, podem ajudar as micro e pequenas empresas. Nós convidamos para o encontro SEBRAE, IPEA, CNPq, FINEP, Secretaria de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia, CGEE — Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, CONIF — Conselho Nacional dos Institutos Federais, SDS — Secretaria de Defesa Social, que faz a articulação para inclusão produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social, CNI — Confederação Nacional da Indústria, e FENAINFO — Federação Nacional da Informática. Essas instituições deram uma contribuição muito importante para a formatação do nosso estudo. Cada uma tem uma área de atuação que pode ajudar as micro e pequenas empresas.

O CNPq, por exemplo, pode disponibilizar bolsas de extensão e criar grandes figuras do extensionismo para assistir às micro e pequenas empresas. Depois de levantarmos todos os dados apresentados por essas instituições, nós queremos submeter ao Conselho os dados e elementos que já temos para formar esse estudo. Queremos então ouvir dos companheiros Conselheiros as considerações sobre o roteiro que estamos apresentando.

Nesse estudo, a exemplo do que aconteceu a respeito da capacitação da população, a abertura foi feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados, a apresentação, pelo Presidente do Conselho, há algumas considerações do Relator, e então nós entramos no Programa da Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas.

Nesse programa há um capítulo que trata do diagnóstico da situação atual, da qual eu trago alguns dados. Hoje existem no País 5,7 milhões de micro e pequenas empresas, o que corresponde a 98,9% das empresas do Brasil. Se somarmos todas



as empresas, as grandes, as médias, as micro e as pequenas, 98,9% são referentes às micro e pequenas empresas.

Nós identificamos também que somente 10% completaram 20 anos e somente 3% completaram 30 anos. Então, elas nascem e morrem. Por isso há que dar assistência às micro e pequenas empresas.

O IPEA fez um raio X que mostra no mapa do Brasil onde se destaca o maior grau de mortalidade e onde é preciso mais assistência tecnológica, que são principalmente as regiões Norte e Nordeste. Com base nesse diagnóstico, passamos a considerar as ações a serem desenvolvidas.

Entendemos que a extensão tecnológica é o melhor caminho para dar assistência às micro e pequenas empresas, como também à população de analfabetos tecnológicos. Eu participo do Plano Nacional de Educação, na Comissão de Educação e Cultura, então, indaguei se o Plano não contemplaria os analfabetos funcionais que chegam a 50 milhões de pessoas. Os analfabetos funcionais não vão para as escolas formais que há atualmente, mas se construirmos CVTs — Centros Vocacionais Tecnológicos, com certeza essas pessoas vão participar de suas programações.

Então, pensando na ação de extensão com base nos CVTs, procurei o Ministério da Ciência e Tecnologia, que nos autorizou a divulgar os três CVTs que estão sendo implantados no programa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, no seminário que será realizado no dia 16 ou 17 de agosto, iremos lançar o Caderno Centro Vocacional Tecnológico, do Conselho, que tem os três níveis de CVTs que o Ministério da Ciência e Tecnologia nos repassou. O primeiro, chamado de CVT1, é completo, o CVT2 é intermediário, e o menor, o CVT3, é mais direcionado aos distritos e Municípios.

Então, esse aqui o Conselho já encaminhou o pedido para autorizar a publicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Já autorizei.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Já autorizou. Então, esse vai ser um momento muito rico.

Agora, existe uma expectativa, não sei se será possível, de trazer novamente aquela estrutura do CVT. Não sei se vai ser possível trazermos novamente a



estrutura do CVT. Aí eu pediria que nós entrássemos em contato com o diretor. Quem é o diretor, hoje, na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - O Rogério.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Rogério.

Vamos ver se trazemos, porque senão nós trazemos maquetes, mostrando os três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - É melhor trazer o CVT.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - O CVT. Da outra vez, houve uma dificuldade de a Engenharia liberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Mas o Conselho tem verba para isso.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Tem.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Mas parece que o problema é mais da Engenharia que não quer liberar a área em frente ao Anexo II. Lembra-se do que nós fizemos? Vamos ver se conseguimos, porque aí seria um marco importante trazermos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Vou falar com o Rogério para ver isso.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Presidente, poderíamos encaminhar esse ofício, pedindo a liberação da área, porque aí eu trago todos os laboratórios para fazermos a exposição.

A construção do CVT é uma proposta do Conselho.

A respeito da implantação de bolsas de extensão, conversei com o Ministro Mercadante e com o Presidente do CNPq, que estão dispostos a apoiar esse projeto.

Hoje, há bolsas para pós-graduação, mestrado, doutorado, iniciação científica, mas não para a extensão. Se colocarmos, por exemplo, uma meta de mil CVTs, cinco bolsas para cada CVT, serão 5 mil bolsas. Ora, o Brasil banca 60 mil bolsas de mestrado e doutorado, por que não pode bancar 5 mil bolsas de extensão?

Essa é uma proposta que estamos colocando no programa.



Meios de difusão tecnológica. A ideia é apontar todos os meios de difusão. Destacaria o trabalho do IBICT — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A ideia é dar destaque maior ao IBICT, a fim de que possa irradiar conhecimento para todo o País, com base no acervo que já tem o Ministério da Ciência e Tecnologia. Acervo decorrente de quê? De trabalhos de pesquisa, de trabalho de extensão.

A EMBRAPA, Presidente, disse que disponibilizaria todo o seu acervo para irradiar esse grande programa de extensão, usando as infovias, vamos chamar assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - As infovias do desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - As infovias do desenvolvimento. E aí é onde entra a capacitação a distância. Como cada CVT tem, na sua estrutura, uma sala de videoconferência, biblioteca, pode ser implantado lá esse programa do Governo Federal, Universidade Aberta do Brasil — UAB. Pode-se fazer ensino a distância a partir das instituições, das universidades, dos institutos de pesquisa e outros.

Então, essa era a meta principal na área da extensão tecnológica. Entendemos que, com extensão, atenderemos não somente as micro e pequenas empresas, que podem lá certificar o seu produto, o seu processo, fazer um controle de qualidade, enfim, oferecer isso àquela população.

Aí vem a questão do desafio: quem vai operar esse sistema? Lá na frente, no terceiro item, vou falar a respeito.

Antes, vem a questão dos recursos financeiros. Na área sobre os recursos financeiros, inclusive nossa assessoria da Câmara fez esse levantamento, identificamos recursos que podem ajudar esse projeto de assistência às micro e pequenas empresas.

Por exemplo, Lei da Inovação. Há recursos significativos da Lei da Inovação. Mas se se olhar, a aplicação dessa lei às micro e pequenas empresas praticamente é desprezível. Temos que tentar realçar e ressaltar a Lei da Inovação como o caminho para assistir financeiramente as micro e pequenas empresas.



Recursos orçamentários do MCT. É importante. Por quê? Porque o MCT tem os fundos setoriais. Os fundos setoriais, pela Constituição, não podem ser contingenciados e também, de acordo com o setor, poderiam assistir as micro e pequenas empresas.

Recursos orçamentários do MEC. Nós identificamos. Hoje o nosso Ministro Fernando Haddad esteve aí para falar do PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Recursos orçamentários do Ministério do Trabalho e Emprego. Aí há os recursos do FAT.

Recursos das FAPs. As FAPs são as Fundações de Amparo à Pesquisa. Hoje todo Estado tem uma FAP e, praticamente, com recursos significativos. Com certeza, sei que a FAP de Pernambuco tem bons recursos, a da Bahia e a do Ceará também.

Recursos do PL 7.394, que é esse que aprovamos aqui e está no Senado.

Recursos do Sistema S, que tem muito dinheiro, e podemos apontá-lo.

Então, esses são os recursos financeiros para esse programa.

Pode-se perguntar quem são os agentes da extensão tecnológica. Vejam bem. Estamos focando a extensão como um carro-chefe da assistência tecnológica da micro e pequena empresa e de capacitação daquela população.

Os agentes que entendemos hoje que dariam uma contribuição muito grande a esse programa são os institutos federais. Hoje os institutos federais estão presentes em 401 Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - E não são mais institutos federais apenas de capacitação, de formação profissional, mas de ciência e tecnologia — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, coloquei a ideia lá e todos acharam muito importante. Eu tive reunião com os institutos — hoje são 38 institutos federais que comandam 401 *campi*. Eles estão em 401 Municípios. Se em volta de cada um deles colocarmos cinco CVTs, chegaremos a 2 mil Municípios.

Então, teremos uma capilaridade grande para fazer esse trabalho de extensão. A capilaridade dos institutos vai estar na ponta.



Essa ação deveria ter sido feita pelas universidades, mas as universidades não têm essa capilaridade. Não quer dizer que elas não tenham compromisso. Elas têm compromisso, mas não têm a capilaridade que os institutos federais vão ter. Mas, mesmo assim, nós incluímos as universidades. Há muitas universidades hoje no interior dos Estados. Por exemplo, Minas Gerais deve ter umas 15 universidades federais e por aí vai. Hoje há muitas universidades no interior que podem fazer esse trabalho de extensão.

Um parceiro importante que se colocou à disposição para fornecer todos os elementos e dados é a EMBRAPA, onde estive com Pedro Arraes, que é de Pernambuco. Ele adorou o projeto e disse: *“Olha, Deputado, nós vamos disponibilizar. Inclusive nós podemos fazer uma ação a distância”*. Ele monta lá um grande sistema de videoconferência e pode irradiar esse conhecimento a distância.

Fui procurado pelo Ministro Fernando Bezerra, que soube desse projeto, Presidente, e disse que gostaria que em cada perímetro de irrigação tivesse um CVT. Isso é de uma importância muito grande, porque nós construímos perímetros — aí estão as estruturas de água, de barragem, de terreno — e nos esquecemos do homem, esquecemos de capacitar o irrigante. Esse CVT vem exatamente para fazer a capacitação dos irrigantes.

Então, a proposta dele é implantar, dentro de cada perímetro de irrigação, um CVT. Aí vamos ter uma ação importante.

O IBICT, de que já falei, é um agente importante. Ele centraliza todo o acervo na área de tecnologias apropriadas e pode irradiar esse conhecimento pelas infovias.

Por fim, um dos agentes é o Sistema S.

Descrito esse programa, vem a definição das metas. Acho que devemos ter metas ambiciosas. As metas que penso que devemos contemplar nesse projeto, por exemplo, vamos implantar, no País, no mínimo mil CVTs. No mínimo! Se puder chegar a 2 mil, melhor ainda. Vamos implantar bolsas, inicialmente. Por que não implantar 10 mil bolsas de extensão? Aí não há dificuldade. O que acontece hoje, Presidente, é que às vezes um Deputado consegue um recurso por meio de uma emenda...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Essas bolsas seriam dadas a alunos, a escolas ou...

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Não, a bolsa seria para professores, o que chamaríamos de extensionistas. São os extensionistas que vão trabalhar na vocação da região. Por exemplo, tem-se uma vocação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Preparar as quadras para os centros vocacionais.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Exatamente. Eles iam trabalhar dentro do Centro Vocacional Tecnológico. Se aquela vocação na região for mais agrícola ou mais de irrigação, então, predominaria o engenheiro agrônomo que faz esse trabalho de extensão; se for mais na área de mineral, então, o engenheiro de minas, o geólogo. Contanto que os bolsistas trabalhassem a vocação da região. A ideia é a vocação da região.

Agora, junto a essas bolsas há as bolsas que chamamos de ITI, as bolsas dos estudantes do instituto tecnológico. Então, os estudantes poderiam participar como monitores desse trabalho.

Sr. Presidente, não tive a oportunidade de dar os parabéns a V.Exa pelo seu trabalho.

Finalmente, nós estamos discutindo com o Luiz Henrique, por meio da assessoria dele, em qual projeto de lei vamos terminar esse estudo.

Porque, acho que, como todos os outros projetos... Por exemplo, o biodiesel terminou como projeto de lei e hoje é uma realidade. O centro vocacional é outro projeto de lei. E aqui estamos discutindo com qual projeto de lei, que venha garantir a assistência tecnológica às micro e pequenas empresas, vamos trabalhar.

Então, só para enfatizar mais, todo esse trabalho está voltado para a implantação, neste País, de um grande programa de extensão tecnológica para assistir às populações mais distantes, carentes e criar uma grande rede de informação para que elas se sintam assistidas.

Sr. Presidente, hoje, segundo os dados do IPEA, os meios de produção do País estão concentrados totalmente em 6% da população. É muito pequeno. Há uma concentração de renda muito alta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Um Arranjo Produtivo Local — APL é um pequeno centro?

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Não. É outro caminho que, acho, temos de perseguir. Um CVT identifica a vocação da região. Identificando a vocação da região, ele pode apontar um Arranjo Produtivo Local — APL para aquela região. E aí ele nasce como se fosse uma incubadora de onde pode nascer uma empresa.

O DNOCS me procurou. Ele tem uma área na região do Vale do Jaguaribe com mil hectares. Ele liberaria, para o instituto federal, em áreas de 20 hectares. Então, 50 incubadoras de empresas seriam implantadas pelo instituto federal a partir dos alunos, os tecnólogos, que estão terminando o instituto federal. Achei a ideia muito importante, muito boa. Pega-se o aluno do instituto federal, que forma o técnico de nível médio e o técnico de nível superior. Em volta dele, estariam os CVTs para fazer a ação da extensão. Essa extensão se daria na forma de curso e na forma de assistência de controle de qualidade do seu produto, do seu processo. Os laboratórios iam servir para a parte de propriedade industrial, de metrologia. Tudo isso seria feito por esse Centro Vocacional Tecnológico.

Então, Sr. Presidente, é um desafio grande, mas o Brasil está precisando desse desafio.

É importante registrar que somos hoje — éramos a 12ª potência do mundo em PIB, Produto Interno Bruto — a sétima potência. Crescemos em PIB, mas não em IDH, que ainda continua... O Índice de Desenvolvimento Humano trata de quê? De educação, saúde e renda.

Há outro dado que infelizmente temos de apresentar. Esse programa de transferência de renda, que é o Bolsa Família, está assistindo 63 milhões de pessoas. Isso tem o custo de 13 bilhões. Mas, por outro lado, 20 mil famílias se apropriam por ano de 140 bilhões, porque detêm 70% dos títulos da dívida pública. Há que desconcentrar essa renda. Somente se desconcentra essa renda com educação e trabalho. Não há outro caminho. O carro-chefe tem que ser a capacitação, a educação.

Não estou pregando aqui nenhuma revolução armada, mas a revolução pela educação. Resgata-se a cidadania de milhões de brasileiros com educação e trabalho.



A Presidenta, hoje, anunciou que tem como foco acabar com a miséria. Hoje, como há 15 milhões de miseráveis, é preciso trabalhar diretamente focando essa população. Para isso, deve-se dar assistência na área da educação e tecnológica, porque a partir deles é que se formam os pequenos negócios e as pequenas empresas. Aí podemos fazer o resgate da cidadania dessa população. É um grande desafio.

Mas o primeiro estudo já está dando resultado, avançando. Tenho sido procurado pelo Ministro Mercadante, que está sensível ao projeto, por meio da Secretaria de Inclusão Social, e pelo Ministro Fernando Haddad, que quer dar uma dimensão grande à questão da extensão tecnológica. Então, tem tudo para dar certo.

Este Conselho está apontando esse caminho. Acho que, com o apoio de todos...

O que me anima sempre a estar neste Conselho, Presidente, é que se trata de um Conselho republicano, suprapartidário, no qual estamos preocupados com a nossa República. Aqui, neste Conselho, não existem disputas de partido, de cor, nem de credo. Existe uma preocupação com o País. Somos republicanos nesse sentido. Estamos querendo encontrar a solução e o melhor caminho.

Vejo, do lado do Governo, uma disposição, uma disponibilidade de querer participar. É tanto que o MDS participou desse estudo. O pessoal da assessoria e eu já estivemos lá com o Secretário, que quer usar essa estratégia para assistir a população carente do Bolsa Família. Temos de apontar o caminho.

Aqui, Deputado Pedro, falei da questão do álcool e do biodiesel, porque vejo o caminho das miniusinas. As miniusinas são um caminho para se envolver toda essa população carente na produção de álcool e biodiesel, a fim de diminuir o aquecimento global não poluente. E aí, Presidente, se pudermos, devemos apontar os caminhos que V.Exa colocou dos APLs. Por exemplo, onde há produção de cana, poderia existir uma miniusina de produção de álcool, como há miniusina de produção do biodiesel. Eu tenho medo, receio, de que grandes empresas transnacionais possam se apropriar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Pequenas destilarias.



O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Na destinaria, realmente se consegue fazer com que essa população entre no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - De alambiques.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Dos alambiques. Mas há uma ameaça no ar das grandes empresas.

Tive conhecimento de que há grandes empresas transnacionais que, por conta do programa do álcool e do biodiesel, estão pegando áreas extensas no nosso território e vão implantar grandes destilarias em detrimento dos pequenos.

Por isso estou na defesa desses pequenos e dessas populações carentes, às quais temos de assistir com educação e com trabalho.

Submeto a todos o roteiro do estudo que vamos apresentar. Se alguém quiser complementar com alguma ação... Em outubro estaremos com roteiro pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Parabênizo o Sr. Deputado Arrosto Holanda pela excelente exposição e pelo roteiro apresentado.

Passo a palavra agora à ilustre Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Boa tarde!

Em primeiro lugar, parabênizo meu conterrâneo, Sr. Deputado Inocência Oliveira, por ser Presidente de um Conselho de alta relevância, como bem disse o Sr. Deputado Arrosto Holanda.

Conforme disse S.Exa., isso é tão suprapartidário, Sr. Presidente, que aqui estou na vaga do DEM, sendo do PCdoB. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Coisa boa!

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Início minha fala, pegando o fim da intervenção que S.Exa. fez, explicitando que este Conselho tem papel estratégico para contribuição e elaboração teórica, conceitual, de conteúdo, para as políticas públicas do País.

Sr. Deputado Inocência, quando fui Secretária de Ciência e Tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Sim, V.Exa. o foi em Pernambuco!

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - ...os cadernos oriundos deste Conselho sempre foram uma fonte não só para mim, mas também para outros



gestores; por exemplo, o plano de banda larga que o nosso Governador Eduardo Campos encomendou para o Estado de Pernambuco.

Nós nos inspiramos no caderno de estudos elaborado por este Conselho. Eles são exatamente a tentativa de sistematizar tudo aquilo que está sendo elaborado no País de relevante para que possamos dar sequência.

Quanto a este debate, Sr. Deputado Arrosto, devo dizer-lhe sou Geneticista, formada em Universidade Federal, e que alguns dos meus professores que me cobram muito para que eu atue na frente de ciência e tecnologia. Dizem eles que, além do Sr. Deputado Inocência, à frente desta Comissão está um Parlamentar que “bota a ciência e tecnologia debaixo do braço”. Trata-se de um Deputado do Ceará, que defende os interesses do Ceará. Em prol da ciência e tecnologia, precisamos ter mais um padrinho, além do Sr. Deputado Inocência, que é padrinho de várias cidades; alguém com o mesmo espírito que o Sr. Deputado Arrosto Holanda tem em relação ao Ceará.

Quanto ao assunto da capacitação tecnológica, sem dúvida, que num momento em que o País está crescendo é evidente, salta aos olhos, a necessidade do País nessa área, desde o Ensino Médio, que no meu Estado, principalmente no Nordeste (e isto é fato, é realidade), faltam professores para o ensino de Física, Química e Matemática. Daí os indicadores do IDEB tão baixos nesses Municípios e nessa Região, num momento em que estamos diversificando muito nossa atividade econômica.

O Nordeste caracteriza-se, ou pelo menos está em transição, de uma atividade primária, basicamente de fornecedor de matéria-prima, para entrar também nas áreas de ponta da cadeia produtiva. Hoje, o Nordeste, o Estado de Pernambuco em particular, em relação ao petróleo, está entrando na cadeia produtiva de gases *offshore*; e também na indústria de alimentos atua com muita força, ou seja, na indústria de transformação, o que demonstra nossa dificuldade de termos quadros e profissionais competentes para este momento.

Em nosso Estado observamos que as universidades têm de ampliar sua matriz de conteúdo. Por exemplo, na indústria naval. Depois de 30 anos de a indústria naval estar abandonada no País, temos um estaleiro e teremos outro, com a encomenda de mais de 21 navios encomendados. Cadê os profissionais para



isso? Estamos importando os que estão fora do País. Isso é uma coisa positiva. Muitos pernambucanos foram para outras partes do mundo, e estamos querendo que essas pessoas voltem por conta do momento que estamos vivenciando, por entrarmos em outra fase dinâmica da nossa economia.

Isso tudo está acontecendo. Os investimentos são gigantescos. Mas, se não dermos conta da capacitação, teremos uma vitória de Pirro, pois resolveremos uma ponta mas não resolveremos a outra. A base da sociedade é incluir as pessoas nessa evolução econômica que estamos vivenciando. Por isso acho decisivo isso.

Srs. Deputados, o problema não é só das micro e das pequenas; o problema é das grandes. Nós estamos nesse gargalo de falta de capital humano para as áreas tecnológicas.

Mas, com relação às micro e pequenas, sem dúvida, todas elas estão muito voltadas à realidade dos APLs, como bem disse também o Sr. Deputado Inocência. Os arranjos produtivos locais têm uma dinâmica, embora também com baixa qualificação. Por exemplo, um dos maiores mananciais de gipsita, senão o primeiro, no Brasil, era o Sertão do Araripe, em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - São 90%.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Isso.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - A vida útil disso lá é de 600 anos. Virá a Rodovia Transnordestina, que vai levar aquela matéria-prima para outras partes do Nordeste; mas precisamos agregar valor tecnológico, senão vamos deixar apenas o buraco e não vamos agregar à cadeia de produção de gesso outras variáveis de uso, como para saúde, etc.

O que ocorre lá? Temos grande escola técnica lá. Desde que o Governador foi Ministro há política forte para construção de CVT. Fui Prefeita de Olinda, e fizemos um CVT de Restauero. Olinda é Patrimônio da Humanidade. Então, fizemos lá um CVT de Restauero. E, em Goiânia, porque ela terá uma indústria, a primeira estatal de produção de hemoderivados. Há lá um CVT, o qual, quando éramos Secretária, acompanhamos para dar conteúdo, para formar profissionais na área de hemoderivados, em Química. Temos a NOVARTIS. E por aí vai. Contudo, temos um gargalo. Temos de acrescentar alguns pontos.

Disse tudo isso para chegar à minha contribuição para este estudo.



Precisamos discutir, infelizmente — e talvez esse não seja o nosso papel; talvez seja o papel dos gestores —, mas podemos combinar duas coisas. Temos de discutir de que forma vamos ajustar os gestores a garantir a manutenção do conteúdo desses centros de vocação tecnológica. A nossa situação hoje, pelos menos pelas muitas das experiências que vivo, o nosso grande desafio do momento em Pernambuco, por exemplo, é que os CVTs têm dificuldade na gestão e no conteúdo relativamente a profissionais para atuarem na área. Por isso, precisamos também fazer a simbiose com a iniciativa privada, com a atividade produtiva real. Muitas vezes, há muita acomodação da iniciativa privada, daqueles setores dinâmicos da economia que não se sentem responsáveis também pela formação das pessoas. Então é preciso que haja essa simbiose, essa complementação. Não adianta o Estado, ou a política de Estado, achar que vai resolver ou entender a questão. Daqui que se alcance a necessidade do mercado, que tipo de profissionais... E vice-versa. É uma longa estrada a ser percorrida.

No bojo e no conteúdo da formulação necessariamente tem de haver participação decisiva do mercado, para que ele se entrelace com a política do Estado e diga o seguinte: precisamos desse tipo de profissional, para que a gente, de fato, se torne eficiente; precisamos desse resultado de eficácia, na perspectiva de atingir o nosso objetivo, que é o de formar aqueles profissionais para aquelas determinadas realidades. Isso acontece na cadeia produtiva da moda, ou não é? Nós temos dificuldades hoje de ter gente especializada que faça algum tipo de estamparia diferente. Nós temos essa dificuldade, como já disse hoje, no polo gesseiro. Mas também temos dificuldades na atividade econômica do leite, que tem um CVT enorme; mas há dificuldade em saber como aquele CVT dialoga com o mercado para poder alcançar os estágios necessários para isso. Em alguns locais as experiências são muito positivas, como é o caso de Pombos, porque o pessoal lá conseguiu relacionar isso e fazer com que hoje se tenha uma produção de queijos de grande valor agregado, e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - É a questão de Garanhuns.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Então, acho que é preciso acrescentar essa necessidade de gestão, conteúdo, além da participação do



mercado, para que de fato a gente dialogue na perspectiva da eficácia do papel desse centro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito bem. Agradeço à Deputada Luciana Santos pela belíssima exposição. Acho que deu uma contribuição importante, sobretudo porque S.Exa. sabe da prática, mesmo porque, quando Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, vivenciou todas essas dificuldades, inclusive na área do gesso, que hoje tem multiutilidades. É como “Bombril”. Hoje está sendo posto num mercado que se abre; está sendo usado na correção do solo, sobretudo na grande produção de soja, de milho, lá no oeste baiano. Hoje temos casas — experiência que V.Exa. vivenciou lá em Ipubi, onde foi inaugurado um conjunto habitacional só de gesso, totalmente feito de gesso. Então, eu acredito que precisamos, assim como o gesso, de uma cadeia produtiva do leite lá em Garanhuns, Bom Conselho, que têm hoje a Perdigão, a Batavo e três empresas de leite; como também um polo de confecções com assento da moda em Caruaru. Esse é o maior polo dinâmico gerador de empregos no Estado de Pernambuco. Inclusive o Deputado João Maia, que lá foi visitar, ficou encantado, procurando saber como se poderia fazer no Rio Grande do Norte. Como também lá em Olinda tem o Centro Vocacional de Cultura e Arte. Olinda respira, como eu disse, política, cultura e arte 24 horas.

E também, lá no sertão, S.Exa. inaugurou o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Caprinovinocultura em minha terra natal, Serra Talhada, onde temos o maior rebanho caprino do Estado de Pernambuco. E de vizinho tem Floresta, que praticamente tem o equivalente. Nós temos 250 mil cabeças; Floresta tem 230 mil. E temos Sertânia, que tem menor quantidade, mas que é um rebanho de alta qualificação, com 70 mil cabeças.

Então, o sertão hoje tem Ouricuri, que é um grande produtor também. Todo o sertão tem hoje rebanho caprino e ovino. Por isso nós precisamos, cada vez mais, Arrosto, fazer centros vocacionais para preparar essas pessoas para operar esses arranjos produtivos locais. E eu fico muito feliz, Luciana, por você ter dito que é preciso colocar o mercado nisso, porque, senão, nós ficaremos restritos ao Estado. O Estado deve ser indutor do processo e não condutor do processo. Deve induzir o processo, mas não perder a fiscalização, para intervir em determinadas



circunstâncias, e sempre em defesa do cidadão e da sociedade, não de grupos ou corporações.

Meus parabéns a V.Exa.!

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, só para, antes de S.Exa. falar... Porque achei a intervenção da Deputada muito importante e oportuna. E, como a Deputada Luciana foi Secretária e conhece bem o problema, lhe pergunto: Luciana, o que você acha, desse nosso encaminhamento? A ideia que temos é a seguinte: como o CVT é um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, se um Deputado colocou na sua emenda um CVT para o Município dele, que se chame o Instituto Federal para fazer a gestão.

Por que penso assim? Porque, infelizmente, Presidente, estamos sendo vítimas de governadores e prefeitos de plantão. Não há essa história? Por exemplo, há um prefeito que nos dá todo o apoio; mas, quando esse sai, logo chega outro e já fecha. Às vezes, os governadores também agem assim.

Na área federal, a coisa é diferente. Os CVTs que levei para o Ceará foram todos repassados para o Instituto Federal, porque, assim, eu teria a tranquilidade de que ele lhes daria continuidade. O que o Instituto faz? Ele recebe as bolsas — são cinco bolsas para cada CVT — e fica trabalhando junto ao MEC para liberação das vagas. Por exemplo, com as 50 bolsas que passei para o Instituto Federal, já está sendo aberto concurso para colocar professor, efetivamente. Então, a ação passa a ter extensão federal, o que nos dá a tranquilidade de isso continue.

O que acha dessa ideia de se chamar a área federal?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Meus filhos estudam em uma escola técnica estadual local forte.

Com alguém que tenha um legado, um acúmulo sobre aquele entendimento — quadros, professores —, com alguém que conheça o desafio, eu acho excelente. É o que acontece em alguns casos. E, onde acontece, isso vai em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Tem a palavra o ilustre Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu fico feliz em ouvi-lo. Acho que temos uma tese em comum: este Conselho tem que ajudar os pequenos deste País. E nas



energias renováveis também. Todas as experiências nessa direção estamos incentivando: discutir micro e pequena empresa, discutir o futuro deste País em geração de emprego, qualificação profissional.

Eu queria fazer aqui três ou quatro considerações com relação à qualificação profissional e a essas atividades de extensão junto com ensino.

Acho que o PRONATEC vai ser, na sociedade brasileira, um grande programa de qualificação profissional na área de ensino.

O Ministro esteve hoje na nossa Comissão. Durante duas horas, ele esteve expondo os principais pontos, criando bolsas, criando incentivos, criando todo um processo de relação com escolas privadas, com o sistema S e os Institutos Federais.

Aperfeiçoando-se um pouco o programa, este vai ser uma grande contribuição para o Brasil.

Começo a ver futuro nesse trabalho do Ministério de Ciência e Tecnologia, que se articula com os institutos, com as instituições de ensino, que efetivamente começam a não ficar entre quatro paredes. Começa-se a pensar no local onde elas estão instaladas, na realidade local; começa-se a dar resposta e a transformar a realidade local. Só há razão em se ter universidade federal e institutos federais se estes transformarem o local, e não gerar emprego para profissionais e técnicos que só vão ficar lá dentro fazendo uma ou outra coisa.

Quanto a este aspecto, tenho algumas ponderações a fazer.

Eu falei com Eliezer Pacheco e defendi uma tese que tenho, pela minha experiência, como professor, em ver somente concursos fixos para os Institutos Federais, em que o concursado vai para tal cidade, tal instituto, tal local. Eu defendo que os profissionais concursados dos Institutos Federais tenham estabilidade e carreira, mas que tenham mobilidade nacional; que sejam professores e técnicos do Brasil, não dessa ou daquela cidade. Se muda o arranjo produtivo local, porque houve insucesso naquela perspectiva, ou porque acabou tal produto ou porque mudou o tipo de produção, os técnicos ficam naquele instituto sem fazer nada, não conseguem mobilidade, não conseguem transferir-se para outro instituto.

Então, nós temos que alterar e enviar os concursados para a área de ensino. Isso também volta-se para a extensão. Um professor, por exemplo, foi concursado para o Instituto Federal em São Miguel do Oeste em Santa Catarina em



agroecologia. Mas daqui a 5 anos não se vai precisar mais da agroecologia, os técnicos já foram, já se formou gente; vai-se precisar de outra região, de produtivo local. E aí? Vai-se fazer um novo concurso, e há 50 técnicos formados naquela área. Mas ele poderia se deslocar para o Mato Grosso, para uma outra região do País, para fazer extensão nessa área. Então, essa é a primeira preocupação que eu tenho.

Segundo, entre a micro, a pequena empresa e o empreendedor individual, PRONAT, extensão, centro de vocações tecnológicas, junto com um empreendedor individual, também essa área de extensão. Hoje passou de 1 milhão. O SEBRAE e outras entidades têm muita relação com a micro e a pequena empresa. O empreendedor individual está um solitário aqui no País. É um solitário, porque ninguém atinge ele. Ele se formalizou do informal, mas ninguém está cuidando, porque ele está em um bairro, está em um outro bairro, está em outro bairro... Acho que se precisa incentivar, criar associações do microempreendedor, nessa relação com a extensão, que eu acho que é outra área muito positiva para se avançar nesse trabalho que o senhor está desenvolvendo.

Em quarto lugar — que para mim é o crédito —, eu defendo a tese de que este momento... Vai-se criar inclusive também no FIES para as empresas formarem profissionais, e tudo com juro subsidiado. Eu tenho uma posição de que a agricultura familiar só é a agricultura familiar que é hoje porque criou-se o crédito subsidiado. Dos 16 bilhões que vão para a agricultura familiar o Governo subsidia mais de 12 bilhões, porque, se se pega a taxa de juros, e o título público paga a taxa SELIC de 12,25%, o que custa para o Governo? Se ele empresta a 0,1%, 0,2%, 1% ao ano é porque ele está subsidiando esses 16 bilhões. Então, ele subsidia bilhões de reais.

Para o micro e o pequeno empresário, para o empreendedor individual, junto com os Centros de Vocações Tecnológicas — CVTs, os arranjos produtivos locais, é preciso crédito subsidiado. E a 3% a 4% de juros ao mês, que é a média de qualquer empreendimento hoje, deve-se buscar ali no setor, mesmo no microcrédito, no Banco do Povo, etc. Porque é insustentável a curto e médio prazo. Então, tem de se pensar no conjunto de uma política pública que tenha a formação, a extensão, a qualificação profissional, os micro e pequenos empresários, os empreendedores individuais, que sobrevivem junto com a formação de crédito. Porque é impossível



imaginar uma microempresa que tenha um rendimento de 10 mil reais por mês e pague 4% de juros ao mês. É ter justamente a liquidez dele paga em taxa de juro, que daria o fôlego para o reinvestimento.

Então, é preciso — a exemplo do PRONAF, estou pegando aí um dos exemplos, como em outras experiências mundiais — carregar nesse debate uma perspectiva mais global. E, aí sim, eu tenho muita simpatia de construir esse projeto, com o Ministério da Educação, a Ciência e Tecnologia e a Fazenda, ou seja, a construção de um programa nacional de crédito subsidiado para a economia solidária, para o empreendedor individual, para o micro e pequeno empresário, a fim de que tenha crédito subsidiado. Não existe melhor e maior investimento social para o Brasil, aproveitando essas novas tecnologias, aproveitando a formação profissional, do que botar esse dinheiro público dessa forma.

Então, eu quero manifestar aqui a simpatia e a convicção de que este é o caminho para o Brasil. Os grandes não precisam de nós. Repito: os grandes não precisam de nós. Quem precisa desse esforço do Conselho de Altos Estudos são os pequenos.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Concede-me mais um aparte?

Eu achei também muito oportuna a sua intervenção. E aí me veio a ideia, Presidente, de a gente fazer um lançamento desse programa, criar a Associação Nacional dos CVTs. Por que eu penso assim? Se federalizar, de repente, criam-se vocações. Foi dado aqui o exemplo dos caprinos, lá em Pernambuco. Mas, de repente, lá no Ceará estão precisando de alguém que entenda de caprinos. Numa associação nacional ele pode interagir e fazer essa transferência de conhecimento — entenderam? Então, pode-se ter uma rede de CVT no País — ouviu, Luciana? —, com especialidade. Às vezes, você não é daquela vocação, mas, de repente, você precisa ter um curso de caprino. Aí você diz: mas lá em Pernambuco tem o CVT.

Então, a ideia é fazer um cadastro de todos os CVTs; criar a Rede Nacional de CVTs, a fim de que as pessoas interajam entre si — de repente, você não tem a solução do problema, mas o CVT tem. Então, acho essa sua ideia muito oportuna. E também vamos resgatar o Programa PATME — Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas, que é da década de 1980. Quem trabalhava nesse programa, por exemplo, lá em Pernambuco, era o ITEPE com o CEAG.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - O que é ITEPE?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O ITEPE existia exatamente para gerir todos os...

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Pois é.

Então, o ITEPE fazia a parte de assistência tecnológica da micro e pequena empresa, e o CEAG, que deu origem ao SEBRAE... Foi INAE, depois CEAG e SEBRAE. Uma fazia gestão, e outra fazia assistência tecnológica.

Nessa proposta, Sr. Presidente, como os CVTs vão estar em mil Municípios, vamos dizer, e o SEBRAE, hoje, está em 700, não custa nada avançar com o SEBRAE; ao lado do CVT ter o SEBRAE para fazer as duas coisas: a gestão, com o financiamento, e a assistência tecnológica.

Então, se desenharmos esse modelo, Presidente, será uma coisa, para nós, revolucionária, porque os pequenos são muitos. Por isso é que dá trabalho — não é Pedro? (*Risos.*) Mas a gente tem de comprar. Eu sempre digo: trabalhar para o grande é fácil; difícil é trabalhar para o pequeno. Mas se definirmos essa logística suprapartidária...

O importante é observarmos, nesse trabalho que o Jaime apresentou, do Código Mineral, que há aqui assinatura suprapartidária. Os Conselheiros que assinam, o fazem com compromisso.

Nós estamos aqui porque fomos indicados pelas Lideranças dos partidos. Nós estamos acreditando que os partidos têm compromisso. Então, na hora em que assinamos esse documento, estaremos assinando até pelo partido. Por isso essa visão é suprapartidária. Nós podemos sair daqui com políticas públicas, Presidente, que tenham repercussão grande e resultado importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Eu vou pedir licença, porque vou para a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O Embaixador da China também está nos aguardando. Nós vamos lá para discutir o seminário internacional.

Então, Jaime, eu vou pedir desculpas a V.Exa.



O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Fiquem à vontade!

Sr. Presidente, dado o avançado da hora, não quero me estender muito, vou procurar ser objetivo.

Em primeiro lugar, eu quero lamentar a perda do nosso companheiro, Deputado Luciano Moreira, companheiro desta Comissão, que teve um infeliz acidente, no qual perdeu a vida. Então, queria fazer, em primeiro lugar, este registro.

Em segundo lugar, gostaria de voltar ao lançamento desse *VIII Caderno de Altos Estudos*, rumo ao novo marco para o setor mineral, rumo ao novo marco legal. Eu quero lamentar a ausência do nosso Presidente. Nós sabemos que, por questões de saúde, ele não pôde comparecer, não pôde estar aqui no dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Também lamento.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sei que V.Exa. deve ter lamentado muito, porque foi sempre um incentivador, um estimulador, sempre acompanhou esse processo bem de perto. Então, lamento a sua ausência naquela ocasião. A posse da nova Ministra talvez não tenha tido da mídia a atenção que deveria ter em função desse episódio que ocorreu momentaneamente. Mas quero lhe afiançar que ficou um trabalho de bastante qualidade. Ficou um trabalho digno, da altura deste Conselho. Um trabalho digno de se transformar numa política pública para o Brasil.

Eu gostaria, Presidente, de reafirmar, em primeiro lugar, o seguinte: que essa qualidade não é tanto pelas qualidades do Relator, mas muito mais pela qualidade da equipe que fez o trabalho. O Paulo Motta me ajudando na coordenação; o Paulo César se dedicando muito. E agradeço a todos aqueles que nos ajudaram com profunda dedicação e competência. E quero reconhecer aqui a qualidade técnica dos nossos assessores e consultores, bem como apoio que tive de toda a parte administrativa, no que diz respeito à organização do lançamento. Então, quero aqui registrar e agradecer a todos que colaboraram com esse lançamento. Mas acho que falta uma última etapa.

Estamos encaminhando ofício para os gabinetes parlamentares, enfim, para o Senado e para o Ministério. O Secretário de Política Mineral esteve aqui conosco. O Prof. Claudio Scliar assistiu ao lançamento e participou, apresentando o Ministro. Mas acho que nós podíamos levar isso aqui à própria Presidente.



Há cerca de 2, 3 anos atrás estive com ela, quando ainda Ministra, no Japão, aonde fomos participar do evento do Centenário da Imigração Japonesa. E aí eu falava com ela, já prevendo esse estudo, que tínhamos condição de dar ao Brasil valores da ordem do que estava se perdendo naquele momento para a CPMF, sem mexer no bolso do brasileiro, sem mexer no bolso do trabalhador brasileiro, mas deixando de se efetivar, como fazemos atualmente, renúncia fiscal para exportar produtos primários não renováveis, como é o caso da gipsita de Pernambuco, do minério de ferro de Minas e do Pará, que nós exportamos e daí geramos uma cadeia produtiva lá no exterior. Hoje, durante a manhã, aqui estive o Ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e tivemos a oportunidade de fazer este debate.

Nós temos hoje uma falsa sensação de riqueza porque estamos dando subsídios para exportar produtos primários não renováveis, produtos que não se renovam, como é o caso dos minérios. Estamos vivendo momentos em que esses preços do mercado de *commodities* internacional estão muito elevados.

Então, o que estamos tendo não é um crescimento da economia; estamos tendo um crescimento da receita dos produtos da venda de *commodities*, que, por acaso, têm preços muito elevados. Mas estamos vivendo um momento de desindustrialização, que é um processo gravíssimo para a economia nacional.

Então, acho que aqui nós temos uma ponta, temos um lado, uma faceta importante que poderíamos levar à Presidente.

Gostaria de sugerir que o nosso Presidente solicitasse uma audiência à Presidente, para que fôssemos lá entregar a ela essas proposições legislativas que já tramitam na Casa. Apenas com a mudança da chamada Lei Kandir, que faz a renúncia fiscal das exportações, que é o Projeto de Lei Complementar nº 11/2011, pode render ao Brasil algo entre 12 e 15 bilhões de reais por ano para Estados e Municípios.

Os Deputados gostam muito de emenda, gostam muito de gastar, de levar obras para seus eleitores. Mas nós estamos dando aqui a oportunidade também de fazer uma arrecadação de um setor que tem capacidade para ajudar o Brasil. É um setor em que os balanços estão aí. O balanço da Vale de 2010, por exemplo, que é a maior empresa do setor de mineração, apresentou resultados da ordem de receita



bruta de 81 bilhões, dos quais quase 50 de lucro; ou seja, o setor tem capacidade para, sem perder a competitividade internacional, não falamos aqui em perda de competitividade, não queremos que o setor mineral passe por essa circunstância de perda de competitividade. Mas o setor tem possibilidade de ajudar, inclusive, até porque nós isentamos de tributo as exportações e cobramos impostos caros para se vender no mercado interno. Hoje, quanto ao minério de ferro — posso dizer isso de cadeira com a informação recente —, estamos com o mercado desabastecido, não temos abastecimento.

As grandes siderúrgicas nacionais, Grupo Gerdau, Votorantim, Arcelormittal e outras mais, estão deixando de ser empresas siderúrgicas e se transformando em mineradoras exportadoras de minério porque têm tido melhores resultados. Enquanto isso, para o nosso Programa Ferroviário do Brasil, temos que importar trilhos; para o Programa da Indústria Naval, temos que importar aço.

O Brasil não pode se dar ao luxo de exportar os seus empregos. Temos que construir essa riqueza aqui e temos que estar alerta. Essa falsa sensação da grande entrada de recursos para serem aplicados no nosso mercado financeiro, a tal da ciranda financeira... Esses recursos daqui se vão com a mesma velocidade com que aqui entram. Por enquanto estão vindo, agora, enquanto a Europa está tendo seus problemas de estabilidade econômica na Grécia, em Portugal, enquanto os Estados Unidos ainda não acharam o seu melhor caminho para continuar o crescimento. Mas, quando essas economias voltarem a crescer, esse dinheiro volta para lá, para ser investido lá. Por enquanto ele está vindo para ser aplicado no mercado financeiro, eventualmente nas bolsas. Mas esse é um dinheiro com o qual é preciso ter muito cuidado, porque, se ele sair rapidamente, vai nos deixar numa situação de desespero porque a nossa balança comercial hoje é deficitária, e esse déficit está crescendo aceleradamente, exponencialmente.

Sr. Presidente, queria solicitar que pudéssemos ir ao Conselho, com a sua Presidência mais aqueles que pudessem, para levar isso à Presidente como uma forma de colaborar com o Brasil.

Concordo, para finalizar, com o Deputado Arrosto, em que a educação, a formação profissional talvez não seja a melhor, mas é a única forma de termos um Brasil com crescimento sustentado e com plena cidadania para todos os brasileiros.



Países como a Coreia descobriram isso há algum tempo e tiveram uma verdadeira transformação, porque investiram pesado na educação e na formação dos coreanos. Hoje, aquele pequeno país tem uma produção industrial e uma renda *per capita* muito alta.

Estamos crescendo, mas o PIB apresenta um crescimento fantasioso, porque nele estão os preços das *commodities*, que estão subindo. Mas, sim, estamos crescendo; melhorou o IDH, estamos crescendo em qualidade de vida. Então, precisamos fazer isso.

Também quero concordar com essa... Criei em Minas Gerais vários CVTs em várias cidades de Minas. Alguns foram sucesso, outros nem tanto, exatamente em função da gestão. Muitas vezes, quando se coloca isso na mão da Prefeitura, se o Prefeito tem essa sensibilidade de saber que a formação tecnológica é importante, aí esses CVTs são um sucesso; mas quando cai para um Prefeito menos vocacionado para essa formação, isso acaba relegado a segundo plano, e nem sempre funciona à altura.

Como hoje temos no Brasil uma rede extensa dos IFETs, que estão se transformando em CEFETs... No caso do Paraná, a Universidade Tecnológica do Paraná. E temos também em alguns Estados. Então, acho que seria muito prudente que tivéssemos uma política de, de alguma forma, condicionar a instalação do CVT a uma gestão que pudesse dar uma sequência, ou seja, a um Instituto Federal de Educação, ou estadual, ou a uma universidade, talvez, que pudesse dar uma sequência e não ficasse apenas dependendo da gestão municipal — porque, dependendo do Prefeito, podem avançar ou até paralisar um CVT desses.

Para finalizar, quero dizer da alegria de revê-lo forte. Chegou com saúde, com a força toda — graças a Deus. Estive no gabinete de V.Exa. me informando, e me deram a notícia de que agora vai chegar com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Com a carga toda!

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Isto, com a carga toda. Então estamos felizes em revê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Muito obrigado, meu grande amigo.



Queria perguntar o seguinte: uma maneira de estimularmos o Brasil hoje, que talvez seja o maior importador de fertilizantes, seria a de, nesse novo marco regulatório do setor mineral, estimular os insumos para a indústria de fertilizantes. Porque essa é uma carência muito grande. O Brasil, cada vez mais, torna-se um grande produtor de cereais e grãos, e, portanto, precisamos cada vez mais ter os nossos fertilizantes produzidos no País. E para isso é preciso fazer um estímulo muito grande ao setor de fosfatos, de potássio, e assim por diante.

Por isso, queria perguntar a V.Exa. sobre se há uma maneira de estimularmos o setor, através de... Sei lá! Talvez ao conceder incentivos para que a pesquisa no setor mineral, nesse campo, pudesse avançar ainda mais.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidente, acho que tanto podemos estimular, como... Quer dizer, através de uma política pública bem definida é possível criar isso. Na verdade, não nos debruçamos especificamente sobre este tópico, mas é claro que podemos desenvolver um capítulo que, do ponto de vista da produção nacional, possamos incrementar isso, porque temos ainda algumas reservas nas mãos da PETROBRAS, enfim, de outros, que ainda têm o direito de pesquisa e lavra. Então, poderemos estimular o crescimento da produção nacional, e com isso poderemos criar uma política que facilite e torne mais barata essa matéria-prima para o Brasil.

Só para efeito de informação, desenvolvi uma pesquisa. Nos estudos de ferrovia que fiz, acabei traçando uma ferrovia que interliga o Oceano Pacífico ao Atlântico; e para essa ferrovia a melhor saída que encontrei foi a saída pelo Peru, por onde tem uma possibilidade de um encontro mais baixo, na metade da altura da Cordilheira dos Andes. Tem uma abertura lá com a capacidade de deixar passar uma ferrovia. Essa ferrovia passaria por 23 projetos de mineração no Peru.

Conseguí aprovar essa lei aqui; depois, fui ao Peru, onde conseguimos aprovar isso no Congresso peruano. Essa ferrovia já está toda projetada. Na concessão do nosso lado, temos a VALEC; e do lado de lá estamos tratando com o Governo peruano, que quer dar essa concessão para a própria VALEC ou para o Governo brasileiro, para então desenvolver os estudos de pesquisa dessa ferrovia.

Essa ferrovia vai chegar a um porto no norte do Peru onde existe um deserto de rocha fosfática. Ao pesquisar o assunto, encontrei a Vale do Rio Doce detendo 50



mil hectares, e já pesquisando. A Andrade Gutierrez vem construindo uma fábrica de fertilizantes, mas esses fertilizantes estão sendo vendidos para outros países. Então, não se visava ao atendimento do mercado brasileiro.

Claro que, se tivermos essa ferrovia e levarmos em conta que o Peru está mais perto de Mato Grosso ou de Goiás do que, talvez, o Mato Grosso esteja da própria costa brasileira, do Porto de Santos, por onde entram esses fertilizantes, teremos, do ponto de vista de logística, um incremento muito grande para a agricultura brasileira.

Essa ferrovia está em processo de estudos, e também a parte logística; e temos a parte fiscal, onde é possível estudar estímulos. Mas também a parte logística, que pode refletir fundamentalmente na competitividade do setor agrícola brasileiro.

Vamos nos debruçar sobre isso. Vou chamar os consultores e falar um pouco sobre isso, e quero trazer uma solução para esse pedido que o senhor nos faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Primeiro, já dei os parabéns ao Jaime por esse excelente trabalho. A minha preocupação é como divulgar e difundir esse trabalho do Conselho. Trago como sugestão, além dessa que você colocou para entregar ao Presidente, que se pudesse fazer a apresentação aos Presidentes das Federações das Indústrias dos Estados, porque a CNI tem reuniões sistemáticas. Acho que o Presidente da CNI é um mineiro.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Ele é meu amigo pessoal.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Pois é. Então ele poderia promover uma reunião dessas para as quais que vêm os Presidentes das Federações, e que ele faz com frequência. Pode-se trazer alguém do sindicato da área mineral. Por exemplo, no meu Estado já me pediram esse projeto. O pessoal do sindicato da área mineral queria uma cópia desse projeto, que acho que era uma maneira de divulgar junto às Federações das Indústrias. E muitos estão pedindo este trabalho.

Essa é a minha sugestão que acho oportuna.

Em relação aos fosfatos, quero dizer, Presidente, que lá no Ceará temos a maior jazida de rocha fosfática associada com urânio. Fica em Itataia. E a



NUCLEBRÁS, na época, chegou a desenvolver uma tecnologia para separar o yellowcake, que é o urânio, do fosfato. Mas, com essa questão nuclear, me parece que está havendo um retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Daqui para frente não se fala mais nisso.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - É, não se fala mais em questão nuclear. Mas acho que esse caminho que você falou é um caminho que temos que perseguir.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocência Oliveira) - Quero também, em nome do Conselho, dizer que esse trabalho engrandece este Conselho.

Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Jaime Martins. E digo da minha satisfação, Jaime, em tê-lo como amigo, e, sobretudo num setor de tanta responsabilidade como esse.

Também quero parabenizar o Dr. Luiz Henrique Cascelli e todos os consultores pela assistência que deram a V.Exa. para a elaboração desse trabalho.

Esse trabalho engrandece não só o Conselho, mas a Câmara dos Deputados como um todo, e o Poder Legislativo de um modo geral. Meus parabéns a V.Exa. e minhas grandes homenagens merecidas pelo trabalho desenvolvido por V.Exa.!

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.